

## Roma, cabeça da Igreja latina (a partir do século XI)

Ao cabo de um longo processo, no interior qual o período medieval se revela decisivo, o prestígio ligado à cidade de Roma se transformou numa predominância institucional sobre o mundo cristão, fazendo do papa muito mais do que o bispo de Roma, o que de todo modo continuou sendo.

A debilitação das instituições romanas favoreceu a ascensão, em termos de poder, do bispo de Roma, patriarca do Ocidente, no governo da capital imperial. Aquele que é chamado de papa (do grego *páppas*, “pai”) assume seu papel de chefe da parte ocidental do mundo cristão, ocupando em relação às outras sé episcopais uma posição de árbitro ou de último recurso. Roma ainda está posta sob o controle do imperador de Constantinopla; apesar disso, é ao papa que cabe assegurar a boa gestão da vida cotidiana numa cidade bastante diminuída em população, mas sempre igualmente famosa. Enquanto Bizâncio continua sendo senhora da Itália, Roma e o papa gozam de uma proteção militar especial; isso já não acontece com as invasões lombardas, no século VI.

Ameaçado pelos bárbaros, desejosos de manter certa autonomia, o bispo de Roma pede ajuda militar aos francos, então em plena ascensão. Pepino, o Breve, responde favoravelmente ao apelo premente de Estêvão II, em 753. Seguem-se a intervenção militar do carolíngio e a doação territorial à sé apostólica, que

daria nascimento a um Estado pontifício tendo Roma como capital. Posta sob a autoridade moral do primeiro imperador cristão por um documento que é uma das mais célebres falsificações da história, desmascarada no século XV pelo humanista italiano Lorenzo Valla, essa doação ficou conhecida mais tarde pelo nome de *Doação de Constantino*. Carlos Magno segue o caminho do pai, toma a coroa dos lombardos e empreende uma política de estreitas relações com o papado. A coroação imperial de 800 inaugura uma estreita aliança dos dois soberanos que pretendem, ambos, governar a sociedade dos cristãos (*respublica christiana*). Roma é agora senhora de boa parte da Itália. Nessas condições, a eleição do papa reveste uma importância maior; ela passa a ficar, no entanto, sob o controle de algumas grandes famílias romanas, o que não parece ter tido graves consequências sobre a ação puramente religiosa daquele que servia de referência e de autoridade suprema para os cristãos do Ocidente. Após meio século de vazio de poder, o renascimento do Império, em 962, assinala o início de cem anos de domínio dos soberanos alemães sobre Roma, o papado e a Itália. Quando esse domínio relaxava, como foi o caso sob Henrique II (1002-1024), o destino do papado caía de novo nas mãos da aristocracia local.

O século XI representa uma virada decisiva, prelúdio a uma ascensão cada vez mais firme do papado. Durante os séculos que separam a ida a Roma de Pepino, o Breve, da ida de Henrique III (1039-1056), ou seja, durante trezentos anos, o papado teve apenas um papel secundário, só expedindo bulas numa parte pouco considerável do Ocidente. Mesmo se interessando por regiões distantes que deveriam converter e onde às vezes se impõem, como na Polônia e na Hungria, mesmo se fazendo reconhecer pela liturgia romana que faz escola e se difunde rapidamente a partir do primeiro impulso dado sob Carlos Magno, os papas, muitas vezes prisioneiros dos que os levaram ao trono de São Pedro, têm ambições limitadas, sobretudo quando os imperadores estão presentes ou representados na Itália. Em 1049, a escolha de Leão IX († 1054) vai assinalar uma virada decisiva

que empenha o papado numa revisão completa do seu funcionamento e lhe dá novo poder.

A reforma que se inicia alimenta grandes desígnios: ela tenta diferenciar o melhor possível os dois domínios, o espiritual e o temporal, mas hierarquizando-os e confiando ao primeiro a missão de guiar o segundo. É por isso que, ao mesmo tempo que ambiciona cristianizar em profundidade toda a d'vida, ela se dedica, num primeiro momento, ao mundo dos clérigos, encarregados de ilustrar e de transmitir seu programa aos leigos. Sua execução repousa numa concepção centralizada do governo das Igrejas, cuja cabeça se encontra em Roma: uma eclesiologia piramidal, em que os bispos colaboram com o papa, sucede a uma eclesiologia horizontal, impregnada de comunhão colegial. Mais especificamente, a escolha unilateral dos papas pelo imperador sem d'vida acelerou o processo de revisão do modo de designação dos pontífices romanos. Em 1059, fica convencionado em sínodo que o papa, até então promovido apenas pelo clero e pelo povo de Roma, passará a ser eleito pelos cardeais, um grupo de clérigos composto dos bispos suburbicários (titulares das igrejas dos subúrbios de Roma), assim como pelos padres e diáconos das igrejas romanas. Essa medida revolucionária cria ao mesmo tempo uma instituição, o colégio de cardeais, que se põe a serviço do papa, para o qual constitui uma verdadeira corte, a "cúria", que assegura a continuidade do governo da Igreja entre dois reinados.

A chancelaria vê sua atividade fortalecida e sua produção aumentar: uma quantidade crescente de bulas partem de Roma com destino a todos os países a fim de levar aos fiéis as decisões do papa. O novo modo de designação deste, de que os leigos são excluídos, por mais poderosos que sejam, inspira o dos bispos, posto nas mãos dos cônegos dos capítulos catedralescos. O movimento se prolonga em direção aos simples padres, cuja nomeação pelos chefes leigos das igrejas é cada vez mais contestada, passando a caber aos bispos. A introdução de novidades tão radicais nas modalidades de investidura nos cargos eclesiásticos provocou a "querela do sacerdócio e do império". Porque quem ti-

nha mais a perder nesse caso era o imperador, diretamente interessado na escolha dos prelados, intimamente associados à eleição imperial e ao governo. Henrique IV (1056-1106) se revoltou, depois pediu perdão em Canossa, sem conseguir vencer militarmente na Itália. Em face dele, Gregório VII (1073-1085) foi o defensor inflexível da liberdade da Igreja; por isso a expressão “reforma gregoriana” foi utilizada para designar uma empresa que se prolongou muito além do seu pontificado, por mais de um século (c. 1050-c. 1150).

Ditados pelas mesmas preocupações, a reunião de concílios gerais, as viagens do papa fora de Roma e da Itália, a criação de organismos curiais e o desenvolvimento do espírito jurídico contribuíram para um considerável fortalecimento do papado. Com efeito, até então somente alguns raros papas tinham saído de Roma. Leão IX teve uma concepção diferente e empenhou-se em longas viagens pelas regiões fronteiriças da França e da Alemanha. A vontade de tornar o papado presente em toda a cristandade levou posteriormente a difundir a prática das legações, que possibilitavam ao papa ter fiéis executores em todos os países: os legados pontifícios. Foi durante o pontificado de Alexandre III (1159-1181) que se manifestaram mais nitidamente todas essas inovações; depois, Inocêncio III (1198-1216) pôs fim a esse longo período de transformações. Os concílios de Latrão em 1123, 1148 e 1179 já anunciavam o concílio, muito mais amplo, de Latrão IV (1215) convocado por esse papa; sobretudo, Inocêncio III estabeleceu os Estados do papa no nível dos principados leigos e instalou-os no feudalismo, seja distribuindo feudos, seja obtendo juramentos de vassalagem de outros príncipes.

Ao longo dos séculos XII e XIII, o papado tornou-se plenamente senhor das decisões a tomar em todos os níveis, do metropolitano ao cura de paróquia, em toda a cristandade. Não tardou a se encarregar das promoções dos clérigos, controlando, revendo ou ordenando as eleições dos bispos, distribuindo prebendas de toda sorte a pedido dos grandes e a seu bel-prazer. Poucas ações religiosas escapavam ao patriarca do Ocidente. Bonifácio VIII quis exprimir esse poder total por ocasião do jubileu

de 1300, prelúdio notável de um período difícil para o papado, diante da afirmação dos Estados nacionais, cujos príncipes quiseram ter o domínio sobre o “seu” clero.

Em 1308, a eleição de um papa francês precedeu em pouco a transferência da cúria para Avignon. Durante setenta anos, esta mostrou que podia reinar sobre a cristandade longe da Itália, acentuando a sua burocracia, que se tornou um verdadeiro modelo para os Estados nascentes, nos domínios jurídico e financeiro. Se perdeu o papado, Roma não perdeu entretanto todo o seu prestígio, baseado na dupla lembrança do Império e dos mártires. Numerosas vezes se ergueram para reclamar a volta. Esta se deu em 1377, mas provocou o início de uma fase particularmente dramática para o governo da Igreja do Ocidente, o Grande Cisma. O Ocidente foi então dividido entre dois papas, um reinando em Roma, o outro em Avignon, onde cardeais saudosos do antigo estado de fato e irritados com o comportamento do eleito de Roma haviam procedido à designação de um novo pontífice. Cada um deles contava com seus apoios. Ora, os dois lados eram de poderio equivalente, logo a força não era capaz de resolver nada. Nenhum pontífice quis renunciar, cada um estimando sua eleição legítima. A situação, que ficou emperrada por mais de uma geração, provocou o desenvolvimento de uma poderosa corrente reformadora, que via na reunião do concílio o derradeiro recurso. Se o Grande Cisma terminou graças à ação do Concílio de Constança (1414-1418), a assembléia conciliar não conseguiu no entanto se impor como um órgão estável de governo da Igreja e se desacreditou no concílio reunido em Basileia (1431-1449), enredando-se num debate sem fim. O papado saiu fortalecido ante os partidários das teses conciliares, como atesta o formidável sucesso do jubileu de 1450, que viu multidões convergirem para Roma.